

## HISTÓRIA PÚBLICA E CIBERESPAÇO: PROBLEMÁTICAS DO NEGACIONISMO HISTÓRICO E REVISIONISMO IDEOLÓGICO NO TEMPO PRESENTE

PUBLIC HISTORY AND CYBERSPACE: ISSUES OF HISTORICAL DENIALISM  
AND IDEOLOGICAL REVISIONISM IN THE PRESENT TIME

Lohana Jéssica de Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo:** A História Pública emerge como um campo relevante no cenário brasileiro ao longo dos últimos anos e, ainda que não haja uma atuação acadêmica intensa, é influenciada fortemente pelas problemáticas das mídias sociais. Nesse contexto, observa-se o crescimento de narrativas negacionistas e revisionistas que desafiam a historiografia tradicional, principalmente por grupos de extrema direita. Essas narrativas refletem um uso estratégico do passado para fundamentar ideais políticos, minando a credibilidade dos historiadores e promovendo uma pseudo-história desprovida de rigor acadêmico. A atuação dos historiadores nas mídias digitais, então, torna-se crucial, não apenas para criticar e contextualizar essas narrativas, mas também para mediar o diálogo entre produções históricas diversas, enfrentando as distorções da história no tempo presente.

**Palavras-chave:** História pública; Disputas de narrativa; Negacionismo; Revisionismo Ideológico; Ciberespaço.

**Abstract:** Public History has emerged as a relevant field in the Brazilian scenario over the last few years and, although there is not an intense academic engagement, it is strongly influenced by the issues of social media. In this context, there is a rise in denialist and revisionist narratives that challenge traditional historiography, primarily from far-right groups. These narratives reflect a strategic use of the past to justify political ideals, undermining the credibility of historians and promoting a pseudo-history devoid of academic rigor. The role of historians in digital media thus becomes crucial, not only to critique and contextualize these narratives but also to mediate dialogue among diverse historical productions, confronting distortions of history in the present time.

**Keywords:** Public History; Narrative disputes; Denialism; Ideological Revisionism; Cyberspace.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR - UFRRJ). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5793347812342194>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0932-0927>. Bolsista CAPES. E-mail: [lohanajessica2014@gmail.com](mailto:lohanajessica2014@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Apesar de ser uma prática realizada ao longo de séculos, a história pública, como conhecida atualmente, começou a tomar forma no final dos anos 1960, na Europa, com Raphael Samuel e o Movimento *Workshop*; todavia, foi nos Estados Unidos da década de 70 que a história pública é construída como campo de atuação, a partir de uma crise de empregabilidade (Carvalho, 2016, p. 36; Malerba, 2014, p. 28). No Brasil, a história pública é uma área que está conquistando seu espaço nas universidades desde 2011, com a criação do curso Introdução à História Pública (Universidade de São Paulo - USP); após, em 2012, com o desenvolvimento da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), o campo de pesquisa encontrou uma forma de se expandir entre os pares da academia (Rovai, 2020, p. 138).

Dentre a indefinição própria do campo, aplico aqui, para esclarecer o modo como será compreendido, a mais ampla definição possível: “Uma história pública, de fato, é aquela que circula em diversos espaços sociais, através de um grande número de formas e suportes” (Ferreira, 2018, p. 49). No caso brasileiro é interessante observar que a subárea, diferente do país que a desenvolveu como campo de atuação e formação, não a configura e concebe da mesma forma:

[...] aqui, a *public history* não tem sido traduzida [...] em esforços de criação de um campo disciplinar e profissional separado. Em uma releitura peculiar, ela vem sendo ativada como um dispositivo conceitual capaz de ajudar o historiador a enfrentar os desafios contemporâneos de sua atividade. Não é, portanto, sugerida necessariamente dentro de uma chave prospectiva; para além da plasticidade da expressão e da sua capacidade de abrigar um número e uma variedade notável de práticas e reflexões, ela tem funcionado principalmente como uma espécie de categoria deflagradora de um exercício de retrospectão. (Santhiago, 2018, p. 294).

A prática da história pública brasileira, assim, não se baseia em um campo multidisciplinar estabelecido na universidade e nem mesmo dispõe de amplas pesquisas produzidas academicamente – ainda que os trabalhos voltados para a área tenham crescido exponencialmente nos últimos anos. É possível observar, no caso brasileiro, o papel primordial das mídias digitais: estas concebem o alcance, desenvolvimento e ampliação da história pública, dispondo de uma posição significativa para a construção e progresso dos estudos e pesquisas. A história pública, nos termos de Noiret, nessa acepção:

[...] beneficiou-se enormemente do impacto do digital nas atividades tradicionais que envolvem públicos, mesmo sem ser acadêmicos. Por isso, é possível afirmar que a história digital hoje, na ausência da presença dos historiadores acadêmicos, é, sobretudo, uma história pública que envolve o trabalho e a mediação dos historiadores públicos digitais e dos historiadores especialistas em comunicação multimídia que não usam aquele nome. (Noiret, 2015, p. 42).

Porém, além do espaço proporcionado para a ampliação do campo, o ciberespaço também concerne as problemáticas assíduas do tempo presente. Investigar a história pública, nesta perspectiva, é avaliar as problematizações e disputas acerca da história, seus públicos e, sobretudo no momento político atual, os usos do passado (Mauad et al., 2016, p. 12). Desse modo, ao pensar a história pública na atualidade brasileira, é necessária a reflexão acerca da prática historiográfica, os públicos que dominam esse campo nas mídias e a função política dos grupos que buscam incessantemente dispor da narrativa histórica para fundamentar seus ideais. Independentemente de quem seja o público, este tem função primordial na atuação da história nas redes, tendo em vista que opera diretamente no fazer e divulgar historiográfico. Nessa esfera, há, inevitavelmente, a atuação de grupos políticos - de extrema direita, em sua grande maioria -, que, quando encontram com materiais historiográficos que contrapõem a perspectiva induzida, modificam os conteúdos à sua maneira e atacam os historiadores:

No Brasil, assistimos ao avanço de argumentos de desqualificação dos historiadores e do conhecimento por anos acumulados; questionamentos que colocam em dúvida os métodos historiográficos e a seriedade e validade da ciência histórica. Recentemente fomos assombrados pela circulação nas redes virtuais de “dossiês” desmerecendo historiadores ligados aos estudos sobre gênero e sobre a ditadura civil-militar, numa clara batalha de narrativas sobre o passado (Rovai, 2016, p. 142).

A história, nesse sentido, é parte essencial da construção ideológica de grupos políticos e, especificamente o campo da História Pública no Digital, torna-se o campo de batalha entre historiadores - tanto aqueles que buscam alcançar o espaço das mídias, como também aqueles que apenas buscam realizar o seu ofício fora das redes -, e grupos políticos reacionários que dispõem da área para difundir suas ideologias em torno de uma suposta história, esta sendo revisionista ideológica e negacionista (Napolitano, 2021, p. 99).

Aqui, essa escrita com pretensões históricas, mas que, na realidade, tem como objetivo fundamentar uma ideologia política reacionária através de um suposto conteúdo historiográfico, será classificada como pseudo-história. Esta, produzida por grupos de extrema direita, não detém uma metodologia acadêmica ou uma criticidade prevista na atuação profissional. Diferentemente da história pública produzida pelo público para o público (Mauad et al., 2016, p. 28), a pseudo-história não se trata de produções elaboradas com o intuito de produzir uma historiografia qualificada, uma pesquisa que amplie o conhecimento historiográfico ou a divulgação de um conhecimento para um público amplo, ao contrário, trata-se de uma tentativa de aparelhar a história em função própria. Além do negacionismo e revisionismo presentes nessas tentativas de uma produção historiográfica subversiva, há também aquelas produzidas pelo público que são um tanto quanto questionáveis:

São dois tipos de histórias de qualidade duvidosa: as produzidas com vistas ao grande público. Parte delas se resume a histórias triviais de família, coleções de objetos pessoais (selos, cartas, diários), biografias ornadas com as lembranças e preconceitos dos mais velhos. E, por outro lado, temos a velha história oitocentista de grandes fatos e personagens, a história événementielle que tanto combateu Lucien Febvre. (Malerba, 2014, p. 33).

A discussão acadêmica acerca da história pública não foi formulada propriamente no contexto brasileiro, ainda que os profissionais da história encarem diária e involuntariamente demandas referentes ao campo de pesquisa (Malerba, 2014, p. 44); mesmo com a introdução da área em 2011, o avanço da política de extrema direita e da rede mundial de computadores demandam maior engajamento na pesquisa. Em Noiret (2015), a história pública no ciberespaço seria praticada por todos, não sendo compreendida mais como tarefa exclusiva dos historiadores nem limitada por estes. Desta forma, educadores e historiadores públicos dispõem da função de investigar os conteúdos revisionistas ideológico e negacionistas:

Educadores e historiadores públicos têm o dever de interpretar criticamente a narrativa falsamente “objetivante”. [...] sobretudo, aquela virtual e viral mais insidiosa, que promove memórias coletivas alternativas a assim chamada história “oficial”, e retoma – ou inventa por inteiro – novas “legendas nacionais”. Exatamente como acontece com a paródia europeia de Wikipédia, a Metapédia, com suas narrativas nacionalistas, racistas e revisionistas, e a sua vontade de plasmar a “linguagem” pública e acadêmica europeia para descobrir “verdadeiros” passados e memórias coletivas nacionais. (Noiret, 2015, p. 40).

Assim, a atuação dos profissionais de história seria imprescindível nas redes. Não é possível ter o controle da produção pseudo-histórica, do seu público ou da formulação deste material; não é função do historiador ou de qualquer outra entidade obter este controle ou limitar esses produtos. Todavia, é importante que o historiador observe esses dados e interprete de forma objetiva e crítica, analisando as narrativas empregadas nas mídias digitais ditas como historiográficas. Não se trata de reivindicar uma exclusividade ou objetividade historiográfica. Expor a atividade pseudo-histórica nas mídias digitais é, primeiramente, observar a necessidade de embasamento histórico por grupos políticos e uma demanda por parte do público geral. Apresentar a forma que a história está sendo comunicada nas redes também faz parte da história pública.

Participar ativamente nas disputas de narrativas travadas nas redes faz parte da atuação do educador e historiador no tempo presente, especialmente quando compreendemos o período de crise democrática vivenciado e o ataque à profissão (Pinha, 2023, p. 19). Assim, ao analisar e criticar a pretensão e o discurso da pseudo-história, é importante reforçar que esta não versa sobre um domínio do campo historiográfico por parte dos historiadores: “Não se trata, obviamente, de uma pretensão de exclusividade [...] mas da importância de os historiadores atuarem como mediadores dos discursos sobre o passado produzidos pelo grande público.” (Prado, 2021, p. 20).

A atuação dos historiadores seria, de determinada forma, avaliar os discursos produzidos nas mídias acerca da história e historiografia. Não há um monopólio da história, mas há uma avaliação crítica dos pares que analisa a qualidade da historiografia produzida. O historiador é ensinado a pesquisar e, por este motivo, cabe a ele analisar o que é produzido perante o prisma da história.

Apresentados estes apontamentos iniciais, cabe agora questionar: o que seria, então, a história pública no contexto brasileiro quando inserida nos meios digitais? É possível pensar em grupos que defendem uma “história politicamente incorreta” como historiadores públicos? (Rovai, 2020, p. 143) Se não os considerarmos como historiadores públicos, significa que a história pública será reduzida à historiadores de profissão, formados academicamente, que dominam os espaços virtuais? E se os considerarmos, significa que revisionismo e negacionismo serão passíveis de serem feitos com a aprovação da academia, ainda que os combatendo posteriormente? Qual é o limite da história pública na internet, tendo em vista as disputas de narrativa, o negacionismo e o revisionismo ideológico? “Deixai que mil flores desabrochem” (Mauad et al., 2011, p. 32) é uma realidade na internet. A produção historiográfica por indivíduos sem formação acadêmica não é uma novidade, entretanto, quais as consequências de haver um campo de estudos que abre de tal forma as portas da produção historiográfica?

Neste artigo, tais questões serão utilizadas como modo de reflexão da temática proposta. Não se tem como pretensão esgotá-las, mas sim as utilizar como meio de avaliação sobre a condição da história no tempo presente e nas mídias digitais, pensando o papel da história pública nesse cenário.

## PÓS-VERDADE, HISTÓRIA PÚBLICA E CIBERESPAÇO

Eleita como a palavra de 2016 (Bezerra, et al., 2017), “pós-verdade” surge como um termo controverso, gerando discussões dentro dos centros acadêmicos. O debate gira em torno do que significa estar em uma era pós-verdade e o que seria a verdade nesse sentido. Em Bezerra et al. (2017), compreender o tempo presente estando em etapa de pós-verdade significa que, em algum momento, estivemos em um período, agora passado, de verdades objetivas:

Conceber a contemporaneidade como o tempo da pós-verdade, mais do que subscrever-se a um modismo – possivelmente transitório – insuflado por meio das redes digitais, significaria acreditar que superamos um momento histórico em que supostas verdades objetivas encontravam-se ao alcance da humanidade. (Bezerra et al., 2017, p. 373).

Por outro lado, Prado (2021) defende que o prefixo “pós” não deve ser pensado como sucessão temporal, assim, o sentido da palavra “pós-verdade” seria o de revelar uma época em que a facticidade

não é mais requisitada, onde a busca pela objetividade dos fatos, a verdade, é insignificante, desnecessária:

É possível compreender mais facilmente o conceito de pós-verdade quando se leva em consideração que o prefixo pós não é empregado nessa palavra com o seu sentido objetivo de indicar sucessão temporal, ou seja, não se trata de expressar algo que viria depois da verdade, mas sim de evidenciar um tempo no qual a verdade dos fatos se tornou irrelevante (Prado, 2021, p. 23).

Ainda que o problemático conceito de “pós-verdade” possa ser utilizado da forma pensada por Prado, a palavra permanece dispendiosa de uma factualidade não garantida no campo historiográfico, da forma que Bezerra et al. evidenciam. Seguindo no pensamento de Prado, o que podemos observar, de fato, é que justamente se requisita uma verdade nas táticas reacionárias. O que caracteriza o revisionismo ideológico, por exemplo, é propriamente a utilização das fontes de maneira indevida, manipulada. Desta forma, não é possível falarmos em um período de pós-verdade, pois segue sendo exigida uma factualidade, uma verdade, uma fonte; todavia, esta será utilizada de forma a concluir uma tese pré-estabelecida essencial para a confirmação de genuinidade na ideologia defendida. Na realidade, nas disputas de narrativa observadas, é possível verificar uma busca incessante por essas fontes e fatos - o que não significa que sejam verídicos. Essas fontes são selecionadas, separadas e manipuladas de forma a embasar seus ideais, mas não significa que seja tudo falacioso, nem que a veracidade não seja requisitada. Assim, a busca pelas fontes e veracidade são essenciais no tempo presente e na disputa de narrativas sobre a história, ainda que sejam selecionadas de forma enviesada e manipulada.

Para além desta busca pela verdade, há também o critério trazido em Bezerra et al. (2017, p. 373), de que não houve, inicialmente, um período de verdades absolutas para ser utilizado como parâmetro - ainda que tenha sido requisitado na historiografia. Não há, desta forma, nem um período de verdades absolutas já superado, nem vivenciamos uma atualidade em que a verdade não é mais exigida.

A chamada “revolução digital” ou “virada digital” (Noiret, 2015, p. 30; Prado, 2021, p. 04) caracteriza as novas formas de socialização e práticas humanas, sendo possível de se observar em todo aspecto e qualquer cotidiano: escutar música, comunicar-se com algum conhecido, contatar um carro por aplicativo, fazer pagamentos e transações, etc., no campo da História e Historiografia, não foi diferente. Além de transformar a maneira como nos relacionamos com a informação, a revolução digital também impacta diretamente a produção e disseminação do conhecimento histórico. Esta virada sociocultural também está presente na disciplina, que agora possibilita a atuação do público, anteriormente recebedor de forma passiva o conteúdo historiográfico: “[...] as mudanças mais expressivas provocadas pelas plataformas e redes sociais digitais dizem respeito ao público, que já

não é apenas receptor, mas produtor e disseminador de conteúdo.” (Prado, 2021, p. 18). Desta forma, os indivíduos conseguem ativamente produzir um conteúdo, em teoria, historiográfico, e o divulgar de forma abrangente nas mais diversas mídias sociais. Este pode ser considerado um marco da história pública brasileira, onde o material é produzido pelo público e para o público. Nesse sentido, há níveis de profissionalismo que podem ser observados na produção de conteúdos digitais (Prado, 2021, p. 25), o interior de cada mídia dispõe de graus de veracidade, muitas havendo a pretensão de manipulação da opinião pública, e outras se propondo a entregar um conteúdo coerente, sejam materiais de aula para professores de história, conteúdos gratuitos para alunos de vestibular etc.

É importante lembrarmos que o saber histórico não é um fato estabelecido, um objeto fixo. O historiador não é detentor da história ou da verdade, e não há um direito exclusivo determinado para estes (Bauer; Nicolazzi, 2016, p. 818). Todos podem produzir conteúdo historiográfico, mas há limites nesse fazer, há metodologia, hipótese, objeto, análise, pesquisa... São diversos os critérios exigidos academicamente para a produção de um material histórico. Essas são questões que perpassam a ocupação do historiador e que devem ser consideradas quando se pondera sobre o conteúdo produzido nas mídias: o historiador *aprende* a ser historiador (e educador, no caso da licenciatura) no curso de graduação e pós; mas, e os indivíduos sem formação na área que produzem conteúdo historiográfico nas mídias? Deterão o mesmo critério? De que forma eles aprenderam o conteúdo que estão divulgando? Onde eles aprenderam a produzir um saber histórico?

As respostas para as perguntas anteriores serão diversas a depender de cada caso analisado e, como estabelecido anteriormente, o historiador não é detentor da história. Da mesma forma, sabe-se que o historiador percorre um caminho de conhecimentos para aprender como se produz a historiografia. Nesse sentido, é relevante ponderar sobre a verdade no fazer historiográfico. Para além de se pensar em uma verdade universal, uma facticidade histórica inalcançável, é importante considerarmos a mentira: “antes de dizer a verdade, cabe ao historiador evitar a mentira.” (Bauer; Nicolazzi, 2016, p. 810). Além de admitir que não há uma exatidão historiográfica em qualquer área produzida, também devemos conceber que há a pura e simples mentira: “Se não é simples ou mesmo possível definir a verdade, não é tão difícil assim detectar a mentira e sua construção social.” (Bezerra et al., 2017, p. 379). Nesse sentido, podemos dispor de dois conceitos que abordam a mentira no fazer historiográfico (especialmente quando pensamos no ciberespaço): negacionismo e revisionismo ideológico.

Embora todos possam contribuir para a produção de conteúdo histórico, é essencial reconhecer que existem limites e critérios que fundamentam o saber histórico. Ambos os conceitos são utilizados aqui de forma a compreender o fenômeno das redes e conseguir diferenciar conteúdos

que podemos entender como uma produção de história pública, daqueles que são falsos, manipulados propositalmente e com função de desenvolver uma identidade político cultural e/ou desmoralizar produções acadêmicas opostas. Desta forma, podemos considerar que o fazer historiográfico, ainda que não disponha de uma factualidade plena, dispõe de uma estrutura, um sistema, regras que embasam o conteúdo produzido, afinal “Acreditar que nenhuma verdade é realmente alcançável pelo conhecimento histórico significaria, no limite, admitir que todas as versões podem ser igualmente aceitáveis.” (MOTTA, 2020, p. 35) e, decerto, não é tudo passível de ser considerado conhecimento histórico. Conteúdos criminosos, apologéticos à perversão, tortura etc., não devem ser aceitos como uma perspectiva da história.

## NEGACIONISMO E REVISIONISMO IDEOLÓGICO NAS REDES

A princípio, é importante esclarecer o motivo pela utilização do adjetivo “ideológico” quando utilizado o conceito de revisionismo. Diferentemente do revisionismo praticado academicamente, o ideológico tem função e características próprias, tendo como objetivo principal alcançar a verificação da perspectiva do indivíduo que o produz através do conteúdo historiográfico, determinando a concepção de certo objeto mediante seus ideais. O revisionismo histórico em si, por outro lado, faz parte da produção historiográfica como tal; ao surgirem novas demandas, novas fontes, novos debates, o objeto de estudo pode ser reavaliado e reinterpretado, sendo revisado por pares. Desta forma, é essencial - principalmente agora, no atual período de crise democrática e avanço da extrema direita - diferenciarmos esses dois revisionismos. Eles não são semelhantes, e não devem ser colocados sob uma mesma ótica. Diferenciando os dois tipos de revisionismo, Marcos Napolitano (2021), a respeito do histórico, configura-o da seguinte forma:

O revisionismo propriamente historiográfico, ou seja, aquele calcado em argumentação lógica, novas fontes e métodos, ainda que coloque em xeque perspectivas dominantes na opinião pública, progressista ou conservadora, não pode ser descartado. Ele faz parte do debate historiográfico e como tal deve ser encarado. (Napolitano, 2021, p. 99).

Esclarecida esta diferenciação, será possível atribuir as problemáticas ao tipo de revisionismo abordado neste artigo com segurança. Nas próximas páginas será explicitado de que forma este conceito atua, sua influência, demandas no tempo presente e, principalmente, no campo digital.

Se a internet não é democrática no sentido de estabelecer diálogo entre oposições, e busca, através do algoritmo e filtros, desenvolver “bolhas” onde determina cada indivíduo em sua tribo digital, afastando-o de outras perspectivas senão a sua própria (Pariser, 2012, p. 26), ela, por outro lado, definitivamente abriu espaço de voz para os mais diversos sujeitos, trazendo para o debate

público discussões que anteriormente não tinham força ou estímulo suficiente, sejam elas coerentes ou não:

A inserção de afirmações de senso comum em contraposição a enunciados estabelecidos e/ou debatidos por campos acadêmico-científicos se intensificou no ciberespaço, principalmente nas plataformas digitais [...]. Nesse contexto, o campo da História tem sido um dos alvos preferenciais de exposição a práticas de desinformação e negacionismo por constranger interesses de grupos autoritários que desejam a afirmação de seus discursos como “verdade”, ainda que contrafactuais. (Fagundes et al., 2021, p. 186-187).

A história pública nas redes dispõe de uma ampla disputa de narrativas sobre a historiografia. Se, por um lado, há uma parte do público de historiadores e educadores empenhando-se em executar um conteúdo histórico exemplar no ciberespaço, por outro, há um grupo mais barulhento, amplamente financiado e que dispõe de dois procedimentos fundamentais para desenvolver e divulgar o conteúdo produzido como histórico: o negacionismo e o revisionismo ideológico.

Se podemos falar em uma divulgação da história por historiadores para além dos muros universitários e de uma facilidade para acessar fontes, trabalhos de parceiros e o próprio desenvolvimento do serviço acadêmico através de softwares que agilizam o ofício do historiador - não mencionando aqui as diversas facilidades e funcionalidades para o educador em história -, podemos também falar na forma que este espaço foi dominado por uma extrema-direita contemporânea ampliada, unificada. A internet permite com que estes grupos, cada dia mais eficientes e se estendendo as mais variadas vertentes, com um bramido alto e ensurdecedor, reúnam-se em um só lugar:

A “rede mundial de computadores” permite que essa nova extrema-direita fascista amplifique sua voz e se torne visível aos mais jovens e àqueles sem esperanças com a transformação política do mundo que os oprime. Além disso, permite que se crie uma verdadeira rede virtual da extrema-direita, isto é, uma verdadeira nebulosa virtual em que se mantém minimamente ligados os inúmeros e diversos pontos da extrema-direita contemporânea. (Castro, 2014, p. 06).

Neste sentido, observamos a forma de atuação destes grupos nas redes com relação ao conteúdo historiográfico, começando pelo negacionismo. O negacionismo histórico não é um exercício novo observado no campo historiográfico. O conceito de negacionismo surgiu devidamente classificado na historiografia com a obra de Henry Rousso em 1987, no famoso *Le syndrome de Vichy* (*A síndrome de Vichy*) (Rollemberg, Cordeiro; 2021, p. 76). Desta forma, como classificação conceitual, o “negacionismo” histórico já está presente na historiografia acadêmica há mais de três décadas. O que se pretende analisar nos próximos parágrafos é a forma que este negacionismo atua no campo das redes, observando a sua formação e atividade.

Para além da falsificação historiográfica, uma característica essencial observada no negacionista é que este necessariamente reivindica uma suposta verdade histórica, uma objetividade que não admite inúmeras representações de um mesmo acontecimento (Ávila, 2021, p. 176). O negacionista *define* o acontecimento histórico, determinando irredutivelmente o evento narrado:

Do ponto de vista de seu procedimento, considero que o negacionismo não se pauta pela apresentação de teses, mas pelo estabelecimento de uma proclamação [...] e pela busca dos meios para dar plausibilidade a esta proclamação a um público leitor que não tem à sua disposição instrumentos de avaliação de suas proposições. (Moraes, 2011, p. 10).

Além de definir o acontecido, o negacionista omite e altera pesquisas, fontes e todo o material necessário para que a sua narrativa seja passível de ser defendida e aceita, validando a perspectiva assumida através do conteúdo proposto. O negacionista acusa documentos reconhecidos de serem falsos, desqualifica testemunhos, supervaloriza qualquer informação que comprove sua tese, sem critério documental (Napolitano, 2021, p. 93). De modo a deformar a realidade, o negacionista cria uma “simulação ideológica anti-historiográfica, anticientífica, que tem no racismo sua dimensão basilar” (Fagundes et al., 2021, p. 188). A metodologia negacionista se baseia em articular, negar e adulterar toda e qualquer prova que ponha em dúvida a veracidade da sua alegação:

As apropriações do passado são baseadas em manipulação dos dados, em omissões deliberadas no uso das fontes que por meio da opinião, do achismo e do uso de métodos não confiáveis [...] Defensores do negacionismo tratam este fenômeno como um problema de ordem da escrita da história, dela enquanto disciplina e não meramente como um fenômeno político orientado e pautado pelas demandas específicas de grupos que tentam mobilizar e fazer usos do passado como bem querem. (Santos, 2021, p. 05).

Para pautar o debate e justificar a historiografia divergente, negacionistas afirmam haver uma manipulação do conteúdo por parte dos profissionais da história, elaborando as mais diversas teorias da conspiração para fundamentar a sua narrativa. O negacionismo nas mídias, assim, é uma etapa superior da manipulação historiográfica: o negacionista falsifica, nega fontes e fabrica uma retórica imaginária. Ele recusa a existência de determinado fato. Desta forma, não é possível admitir tal atividade como uma interpretação da história concebível:

[...] tomar as afirmações dos negacionistas como resultado de trabalho historiográfico, como “interpretações” possíveis é, de uma forma indireta, cair em sua própria rede. Na realidade este é um dos dois tipos de “produto” que os textos negacionistas querem “vender”. (Moraes, 2011, p. 02).

Enquanto o negacionismo se caracteriza pela rejeição total de eventos históricos, o revisionismo ideológico opera a partir de uma perspectiva que, embora reconheça esses eventos, busca reinterpretá-los conforme uma agenda política específica, defendendo uma tese dada a priori, com o intuito de justificar dada perspectiva sobre um conteúdo histórico, quase sempre sensível e

polêmico. Neste sentido, para a formação do revisionismo ideológico, é necessário que haja uma asserção prevista, algo que precisa ser defendido antes da pesquisa e do material ser produzido. Ao contrário das hipóteses acadêmicas, no trabalho revisionista não se trata de uma hipótese, e sim de uma assertiva que necessita ser defendida, sendo essa “refém de objetivos meramente ideológicos, da falta de método e da ética da pesquisa historiográfica.” (Napolitano, 2021. p. 99 - 100).

O contraste primordial com o negacionista é o fato de o revisionista não buscar alterar a historiografia consolidada academicamente sobre determinado acontecimento, mas sim se pautar nessa historiografia para construir a sua perspectiva historiográfica. Ele não nega os fatos, mas os manuseia de forma a desenvolver uma narrativa antagônica (Pereira, 2015, p. 866). De forma a evidenciar a atuação deste revisionismo, o *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, de Leandro Narloch (2009), é relatado por Jurandir Malerba (2014) da seguinte maneira:

Do ponto de vista da produção da escrita histórica, o texto se apoia na historiografia disponível, ora para corroborar seus argumentos, ora para detratá-la quando dela discorda. Sob a bandeira do “politicamente correto”, mal se disfarça uma visão altamente conservadora, quando não reacionária, retrógrada, eurocêntrica e preconceituosa da/sobre a história do Brasil. (Malerba, 2014, p. 38).

Estas características não são reservadas apenas a esta produção pseudo-histórica. O revisionismo ideológico atuará de forma a manipular uma historiografia antes consolidada ou discutida; trata-se de uma perspectiva conservadora que busca unicamente cimentar seus ideais através da única área que pode devidamente combater e apresentar suas incoerências: a história. Desta forma, diferentemente do negacionismo, o revisionismo ideológico é mais brando, ele tenta alcançar os mesmos objetivos através de um caminho menos tortuoso e/ou ser a porta de entrada para o negacionismo como tal.

Solucionar o problema do negacionismo e revisionismo ideológico nas mídias é um tanto presunçoso. Todavia, amenizar o problema combatendo-o é uma possibilidade. O historiador, então, na sua função, tem como compromisso reagir a esta onda presenciada nos últimos anos de crise democrática brasileira, onde a extrema direita fortificou-se vigorosamente. Nesse sentido, Daniel Pinha (2023) apresente uma possibilidade de encarar o desafio:

Um caminho talvez seja desvendar ao leitor comum e ao aluno o caminho pelo qual a verdade historiográfica é produzida, dispondo-lhe o caminho argumentativo, as fontes documentais, a plurivocidade ideológica, os projetos políticos em jogo, em suma, oferecendo instrumentos para que o leitor supere a super simplificação disponível no registro do negacionismo. (Pinha, 2023, p. 23-24).

De forma alguma pautar o debate significa buscar uma pretensa objetividade pura ou retornar a um positivismo já superado na historiografia (Motta, 2020, p. 25). Todavia, é importante compreender aquilo que *não* é verdade, a mentira, o negacionismo, a *fake news*. A opinião pública

está sendo fortemente influenciada por esta manipulação da história; e, ainda que a historiografia esteja sendo realizada nos meios universitários, através de métodos acadêmico-científicos, a aproximação com estas produções não acontece por parte do público geral (Fagundes et al., 2021, p. 187). Assim, a desinformação é propagada no ciberespaço de forma demasiada e sem maior avaliação dos pares:

Estamos [...] imersos em um tempo presente marcado por uma hiperpolitização discursiva por parte dos negacionistas, em que os mais diversos âmbitos de compreensão da realidade são submetidos a uma tomada de posição política diante do mundo, submetendo os mais distintos fenômenos a um sistema de crenças previamente definido (Pinha, 2023, p. 20).

Em suma, tanto o negacionismo quanto o revisionismo ideológico representam ameaças significativas à historiografia e ao entendimento público da história. Enquanto o negacionismo distorce a realidade ao deslegitimar e/ou negar fatos e fontes reconhecidas, o revisionismo ideológico manipula a narrativa histórica para promover agendas políticas, criando um ambiente onde a história se torna vulnerável às interpretações tendenciosas. No último tópico abordado neste artigo, iremos avaliar as disputas de narrativa e de memória presentes nos tempos atuais e o papel do historiador neste cenário apresentado nas páginas anteriores.

## A HISTÓRIA NO CENTRO DAS DISPUTAS DE NARRATIVA: O PAPEL DO HISTORIADOR

Tratando-se da história no tempo presente, as disputas de memória e narrativa, o conflito entre subjetividade e objetividade alcançam o ápice (Pereira, 2022, p. 35). Por mais que haja uma democratização no conhecimento com a internet, não tem como dizermos que a internet é um lugar por si só democrático, como já observado anteriormente. Unidos pelas suas ideologias, os indivíduos tendem a acessar e pesquisar apenas aquilo que convém às suas ideias e ideais, entrando em conflito quando estas são questionadas e negadas por outros indivíduos. Isto se realiza através de toda uma configuração que aceitamos previamente ao instalar e criar contas nas redes sociais (Pariser, 2012, p. 20), onde somos classificados e divididos para recebermos apenas aquilo que nos atrai. Desta forma, por mais que as pessoas tenham a possibilidade de acessar os mais diversos conteúdos - históricos ou não -, adentram, geralmente, apenas naqueles que condizem com as suas ideologias.

Mesmo com toda essa estrutura e composição, a facilidade de estar presente no ciberespaço permite que o campo de disputas e debates se amplie. Ainda que separados de acordo com as suas bolhas (Pariser, 2012, p. 30), os indivíduos inevitavelmente se encontram e disputam os espaços nas redes. A simplicidade em estar sendo visto e escutado – algo possibilitado pela amplitude das redes sociais – transforma as mídias digitais em palanques onde todo e qualquer indivíduo tem a

possibilidade de emitir toda e qualquer opinião – ainda que criminosa, tendo em vista que, ao menos no Brasil, não temos uma estrutura de leis bem estabelecida que impeça tais crimes (Cortizo; Cunha, 2024, p. 15). Essas opiniões adentram o debate público, pois os serviços de monitoramento estão ativamente trabalhando para observar as pautas quentes:

Na era digital que nos encontramos, é cada vez mais comum serviços de monitoramento de redes sociais, com o crescimento da quantidade de brasileiros com acesso à internet e, principalmente, a facilidade de emitir qualquer tipo de opinião e discursos sem se expor fisicamente, gera a necessidade por parte de grandes empresas (incluindo o governo) do monitoramento da opinião pública sobre a reverberação de assuntos políticos. (Araújo et al., 2020, p. 26).

Desta forma, a atuação política está sendo persuadida pelas discussões nas redes e vice-versa. Compreendendo as demandas e as discussões em pauta, é possível estabelecer um contato maior com o público, atuando em função de manipular e agradar, dominando a narrativa. Por outro lado, projetos políticos podem ser introduzidos nas redes para se fortalecer e desenvolver outras requisições. O projeto de lei 7180/2014, conhecido também como Escola sem Partido, é um exemplo dessa atuação política nas redes.

Os campos partidários, em específico relacionados à extrema direita, nos últimos anos se utilizaram das mais diversas possibilidades de manipulação para seus projetos políticos. Dentre eles, adulterar, manipular e negar a história foram muito utilizados. Buscar essa via é essencial por estes partidos reacionários para estabelecer a própria narrativa como a dominante e desestabilizar a oposição, independente da forma como o fazem:

[...] esse negacionismo se promove produzindo teorias conspiratórias nas quais a verdade real teria sido ocultada por estruturas de poder. [...] O negacionismo bolsonarista não admite seu aspecto irracional ou anticientífico, ao contrário, alimenta as expectativas de que uma ciência verdadeira legitima suas narrativas. (Araújo et al., 2020, p. 27).

A manipulação do conhecimento historiográfico, como observado anteriormente, é necessária para desenvolver um ideal; não apenas, também é preciso hegemonizar o pensamento coletivo, pautando ideais fascistas em uma base sólida que justifique as suas perspectivas. Na era digital, o ciberespaço tem sido um grande palco para esses grupos, elaborando diversas estratégias atrativas para alcançar o grande público:

[...] Empenhadas em hegemonizar as visões de mundo e a opinião política da sociedade, que elas imaginavam ter sido colonizadas pela esquerda e pelo “comunismo”, lideranças da direita colocaram-se a tarefa de disputar também a construção e a divulgação do conhecimento histórico. Por isso investem em projetos para reescrever a história desde seu ponto de vista, tanto em textos escritos como por meios visuais, que utilizam para explorar com sucesso as novas mídias. (Motta, 2020, p. 32).

Com uma clara assertiva da extrema direita em função de dominar a narrativa historiográfica, precisamos estudar qual é o papel do historiador nesse cenário e as atribuições da sua função. Chartier (2009) desenvolve a questão afirmando ser impreterível ponderar sobre o que sustenta um discurso histórico como representação do passado. Nesse sentido, pensando no tempo presente e nas atuais problemáticas que envolvem a história pública, é necessário refletir sobre a disciplina como tal, sua função social e o encargo dos historiadores.

Citando o trabalho de Christian Delacroix e François Dosse (2012), Rodrigo Patto Sá Motta (2020) aponta a responsabilidade do historiador como sendo “cívica, ética e crítica” para: “construir um trabalho acadêmico e uma atuação pública capazes de integrar essas funções da melhor maneira possível.” (p. 33). Desta forma, atuar como historiador implica ter compromisso com a história e historiografia *além* do fazer historiográfico. É ir *além* dos próprios pares, *além* dos muros universitários. É fazer uma história pública com criticidade, ética. Implica ter um “compromisso com protocolos de pesquisa orientados para a busca da verdade” (Motta, 2020, p. 34). Mateus Pereira (2022) também afirma ser necessário, na era digital experienciada nos tempos atuais, haver uma legitimidade do saber historiográfico fundamentada em preceitos semelhantes aos citados por Rodrigo Motta, de forma a haver esse diálogo e abertura do campo historiográfico.

Como forma de solução para alguns tipos de negacionismos, pensando nas problemáticas que envolvem a construção e divulgação dessas concepções irreais, prejudiciais para o campo historiográfico – e para outros campos do saber, quando ampliamos o negacionismo para outras áreas além da história – e violentas nos mais diversos sentidos, Mateus Pereira propõe a criminalização de alguns negacionismos (Pereira, 2022, p. 54). Vale mencionar que muitos discursos proferidos por estes grupos reacionários são violentos no seu cerne, escondendo-se atrás de uma suposta verdade histórica falsificada para dominar o discurso e reprimir o avanço de, por exemplo, políticas públicas para minorias. A disputa de narrativa não se configura apenas no discurso historiográfico, ao contrário, tem uma pretensão muito maior.

Nesse sentido, pensando no outro lado dessa disputa, é necessário ponderar sobre a presença dos historiadores online. Estamos atravessando um momento de disputas políticas onde os campos de memória e narrativa se encontram e competem por espaço, sendo a história pública utilizada como espaço de batalha. Apesar de todo o exposto, como detentor de uma certa autoridade na disciplina ainda nos tempos atuais (Carvalho, 2018, p. 170), os historiadores possuem um compromisso ativo neste processo em andamento:

A presença dos historiadores nas redes sociais na Internet é ainda mais desejável porque esses espaços são frequentemente inundados por conteúdos de história de má qualidade, incompletos, imprecisos, errôneos e até mesmo mal-intencionados. Ocupar estes espaços com editores comprometidos com a circulação e a recepção

responsável do saber histórico é fundamental para combater a entropia que ameaça boa parte da Internet. (Carvalho, 2016, p. 41).

Se não é função do historiador determinar o conteúdo historiográfico e quem pode produzir, é sua função atuar na esfera pública a fins de interceder por uma historiografia crítica e técnica. Historiadores detém do conhecimento e da competência metodológica para realizar essa análise e denunciar a pseudo-história elaborada em função de estruturar uma base político-ideológica:

[...] é função social do historiador atuar na esfera pública das mídias digitais para combater as tentativas de falseamento da realidade e o negacionismo histórico. Essa atuação deve ser orientada no sentido de contribuir para a compreensão dos referidos fenômenos e para o desenvolvimento de uma consciência histórica pela sociedade, bem como de demonstrar que fatos e opiniões não são equivalentes. (Prado, 2021, p. 27).

Nesse sentido, compreendendo que esta atividade na rede mundial de computadores afeta diretamente não apenas o fazer historiográfico, como a própria profissão do historiador e professor de história, o profissional dispõe, então, como função social atuar nas mídias digitais de forma a esclarecer esse embate, combatendo o negacionismo e o revisionismo ideológico presente nas redes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas de narrativas observadas atualmente no contexto das mídias apresentam um cenário sombrio, confuso, onde a incerteza sobre o futuro da profissão do historiador se encontra. Neste artigo, busco apresentar as complexas interações entre a historiografia e a atuação dos historiadores neste contexto, no qual o crescente impacto das redes sociais na história pelas narrativas de negacionismo e revisionismo ideológico afetam o fazer historiográfico. A análise apresenta que, embora a era digital tenha democratizado o acesso ao conhecimento e concedido voz àqueles que não dispunham desta chance, ela também criou um ambiente propício para a polarização e a manipulação da história, onde o conteúdo histórico é frequentemente distorcido ou negado para atender a agendas políticas.

Os historiadores e educadores enfrentam, atualmente, o desafio de não apenas defender a integridade da disciplina, mas também de se engajar ativamente na esfera pública digital. A responsabilidade ética dos historiadores é mais urgente do que nunca, pois sua presença no ciberespaço pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de uma análise da narrativa histórica crítica e fundamentada.

À medida que as disputas de narrativa se intensificam, é essencial que os historiadores adotem uma postura proativa, utilizando suas competências para combater o negacionismo e revisionismo ideológico, e promover um entendimento mais profundo e embasado do passado. A luta contra a

desinformação não se limita ao campo acadêmico, mas se estende à sociedade como um todo, onde o compromisso com a história e historiografia se torna um pilar fundamental.

Assim, a reflexão proposta neste estudo não apenas busca ampliar a área de história pública, trazendo as problemáticas do tempo presente para debate, mas também considerar o papel crucial dos historiadores na construção da sociedade e sua função crítica, capaz de reconhecer e explicitar a inverdade no momento atual.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. O DIREITO À HISTÓRIA: O(A)HISTORIADOR(A) COMO CURADOR(A) DE UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA SOCIALMENTE DISTRIBUÍDA. **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2017. p. 191–216.

AVILA, A. L. D. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, v. 42, n. 87, p. 161–184, 2021.

BAUER, C. S.; NICOLAZZI, F. F. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, v. 32, n. 60, p. 807–835, 2016.

BEZERRA, A. C.; CAPURRO, R.; SCHNEIDER, M. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital | Regimes of truth and power: from modern times to the digital age. **Liinc em Revista**, v. 13, n. 2, 1 dez. 2017.

CARVALHO, B. L. P. de. HISTÓRIA PÚBLICA E REDES SOCIAIS NA INTERNET.pdf. **Transversos: Revista de História**, v. 7, n. 7, p. 35–53, set. 2016.

CARVALHO, B. L. P. de. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? *In*: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T. (org.). **Que história pública queremos? What public history do we want?** São Paulo, SP: Letra e Voz, 2018. p. 169–180.

CASTRO, R. F. D. EXTREMA-DIREITA, PSEUDOHISTÓRIA E CONSPIRACIONISMO: O CASO DO NEGACIONISMO DO HOLOCAUSTO. **Anais XVI Encontro Regional de História da ANPUH-RIO: saberes e práticas científicas**. Rio de Janeiro, RJ: Anpuh-Rio, 2014, p. 1–13.

CHARTIER, R. **A História ou a Leitura do Tempo**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.

CORTIZO, V. M. da; CUNHA, V. F. **Crimes Cibernéticos: Implicações Legais, Eficácia das Leis Existentes e Necessidade de Adaptação do Sistema Legal à Era Digital**. Universidade Evangélica de Goiás, Campus Ceres. 2024.

FERREIRA, M. de M. Quais as afinidades entre um mestrado profissional em ensino de história e a história pública. *In*: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T. (org.). **Que história pública queremos? What public history do we want?** São Paulo, SP: Letra e Voz, 2018. p. 49–65.

- KLEM, B. S.; PEREIRA, M.; ARAUJO, V. O tempo presente e os desafios de uma historiografia (in)atual. **Do Fake ao Fato: des(atualizando) Bolsonaro**. Vitória: Milfontes, 2020. p. 17–28.
- MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 7, n. 15, p. 27–50, 2014.
- MALERBA, J. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 74, p. 135–154, 2017.
- MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (Org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2016.
- MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T. (Org.). **Que história pública queremos? = What public history do we want?** 1. ed. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2018.
- MORAES, L. E. de S. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. **Anais do XXVI simpósia nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**. Anais de simpósio da ANPUH. São Paulo, SP: Anpuh-Sp, p. 1–16, 2011.
- MOTTA, R. P. S. A história no olho do furacão. **Do Fake ao Fato: des(atualizando) Bolsonaro**. Vitória: Milfontes, 2020. p. 29–42.
- NAPOLITANO, M. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. **Novos combates pela história**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2021. p. 85–114.
- NOIRET, S. História Pública Digital | Digital Public History. **Liinc em Revista**, v. 11, n. 1, p. 28–51, 2015.
- PARISER, E. **O filtro invisível: o que a Internet está escondendo de você**. 1. ed. [S. l.]: Zahar, 2012.
- PEREIRA, M. H. D. F. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**, v. 31, n. 57, p. 863–902, dez. 2015.
- PEREIRA, M. H. de F. **Lembrança do presente: Ensaios sobre a história na era da internet**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2022.
- PINHA, D. O tempo presente como desafio à historiografia e ao ensino de história em contexto de crise democrática. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 15, n. 38, p. 1–41, mar. 2023.
- PRADO, G. da S. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, 1–35, set./dez. 2021.
- ROLLEMBERG, D.; CORDEIRO, J. M. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. **História, histórias**, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021.
- ROVAI, M. G. de O. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. **Coleção História Do Tempo Presente: Volume II**. Coleção História Do Tempo Presente. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima - UFRR, 2020. v. 2, p. 131–157.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

SANTOS, D. E. R. AS “FRONTEIRAS SENSÍVEIS” DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REVISIONISMO, NARRATIVA HISTÓRICA E NEGACIONISMO. **ANPUH-BRASIL - 31º Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro, RJ. 2021. p. 1–16.

SOELLA, G. M.; FAGUNDES, P. E.; GRIGOLETO, M. C. Pós-verdade e o poder: Práticas de desinformação e negacionismo no ciberespaço. **ANAIS DO XIII ENCONTRO REGIONAL ANPUH-ES NEGACIONISMO, VERDADE E FAZER HISTÓRICO**. ES: Milfontes, 2021. v. 1, p. 181–199.Hi

TURIN, R. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, v. 24, n. 2, p. 186–205, ago. 2018.